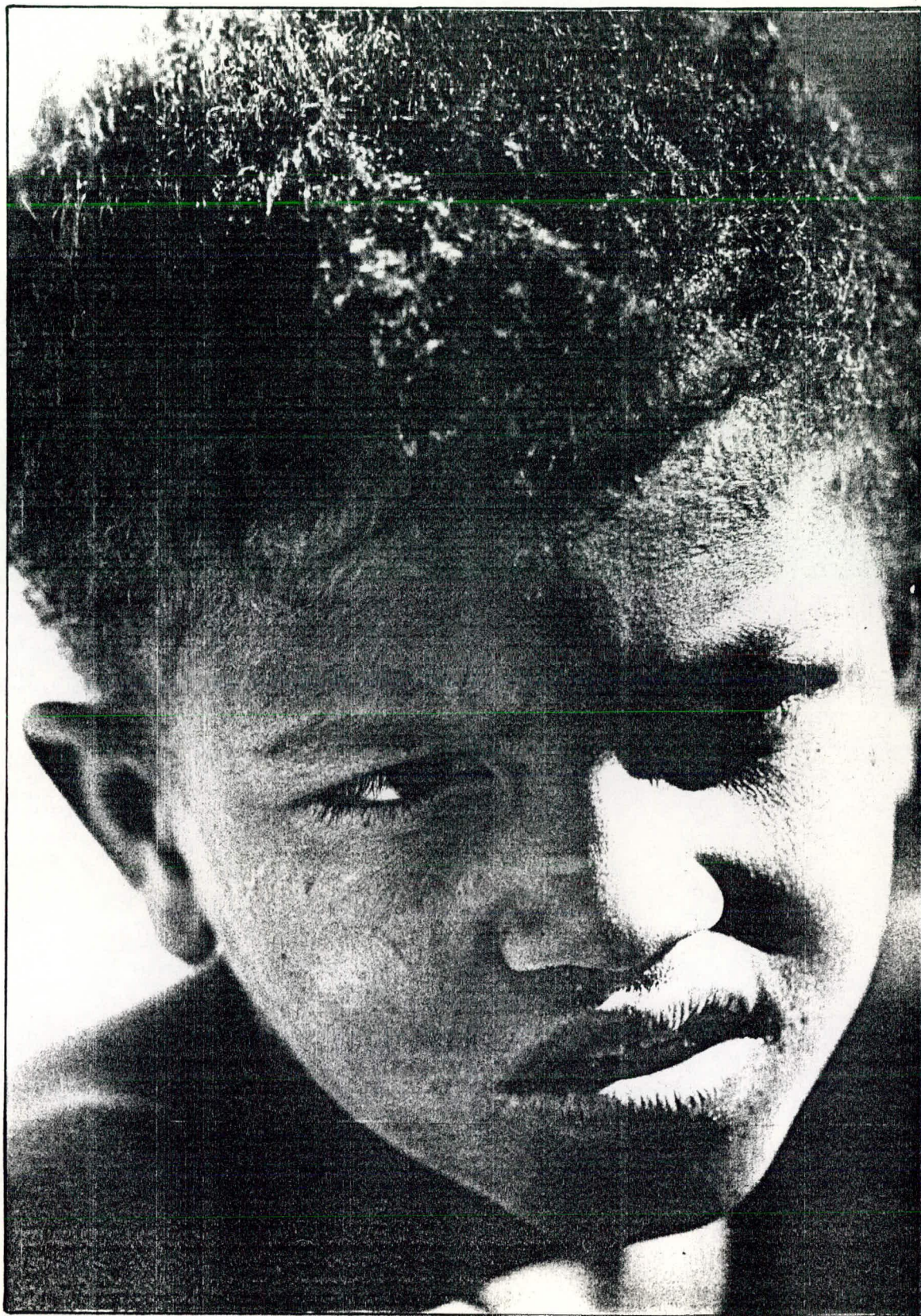




FAE



APRESENTAÇÃO

A FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE - FAE, ao término de suas atividades, no ano de 1988, documenta as principais metas executadas na área da assistência ao estudante.

Este Relatório visa, portanto, ao registro das ações desencadeadas junto aos escolares e pré-escolares no que se refere à assistência nas áreas de alimentação e material escolar, salas de leitura/bibliotecas escolares, programa editorial, bolsas de estudo e de trabalho, saúde do escolar e livro didático.

Apesar das dificuldades enfrentadas para alcance das metas-propostas, verificou-se a expansão de alguns programas. É o que se constata em relação ao Programa Saúde do Escolar que aumentou de três para seis milhões de escolares atendidos.

A adequação do programado à realidade do País é um fato que não pode ser relegado, uma vez que isso interfere significativamente no redimensionamento das metas previstas. É o caso do PNLD - Programa Nacional do Livro Didático, cujas metas a FAE viu-se forçada a redimensionar.

No entanto, podemos afirmar que o esforço despendido por esta Fundação, permitiu minimizar diversos fatores desfavoráveis que costumam prejudicar o acesso e a permanência de pré-escolares e escolares nas unidades de ensino. É com base em dados apontados neste documento que entendemos ter a FAE atendido de forma satisfatória aos seus usuários em todos os municípios brasileiros.

AGOSTINHO CELSO CILENTO GIUSTI
Presidente em Exercício



Art. 208 - O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), executado pela Diretoria de Apoio Alimentar e Nutricional da FAE, é um dos mais fortes instrumentos da política social do Governo Federal. Num país como o Brasil, onde é reconhecido o elevado nível de carência das populações de algumas regiões, o PNAE vem preencher uma lacuna que é representada pela fome que atinge grande parte da população estudantil.

Tendo como objetivo o fornecimento de uma refeição diária à totalidade dos estudantes de 1º grau da rede pública de ensino e entidades filantrópicas na faixa etária de 07 a 14 anos, e irmãos dos escolares entre 4 e 6 anos, que não freqüentam a escola - o que resulta num total aproximado de 32 milhões de crianças -, o Programa contribui com 15% das necessidades calórico-protéicas de sua clientela, que corresponde ao período em que esta permanece na escola.

São vários os estudos, alguns

patrocinados por órgãos governamentais, que atribuem à merenda escolar o título de importante fator de permanência do aluno na escola e de diminuição dos altos índices de repetência verificados no ensino público. Um fato que veio modificar toda a perspectiva do Programa Nacional de Alimentação Escolar é que este passou à condição de direito consagrado ao aluno pela Constituição, promulgada em outubro de 1988, o que o tira do âmbito das ações meramente assistencialistas.

Foram aplicados no exercício de 1988, em gêneros alimentícios, Cz\$ 74.066.264.926,00. Isto representou um substancial aumento - 557% - em relação ao que havia sido gasto em 1987 e compreende mais de 70% do orçamento global da FAE. A quantidade de gêneros distribuídos foi superior a 190 mil toneladas, entre produtos básicos (arroz, feijão, açúcar, peixe etc.) e formulados (sopas, mingaus, bebidas lácteas etc.) (Quadros I e II Gráfico I).

QUADRO I

RECURSOS APLICADOS NO PNAE - 88

Natureza da Despesa	Recursos Aplic. (Cz\$ 1.000)	
	1987	1988
. Gêneros Alimentícios	11.257.784	74.066.265
. Projetos Especiais (CNEC: Lar Fabiano de Cristo. Projeto Rondon)	-	458.080
. Municipalização	898.329	6.411.257
. Construção e Reforma de Armazéns	45.896	126.156
. Armazenagem	-	289.087
. Controle de Qualidade	67.972	280.000
. Material de Cantina	7.625	33.204
. Capacitação de Recursos Humanos	345	19.395
. Custos Operacionais (frete/capatazia, doação internacional, etc.)	108.687	725.136
. Saldo do Exercício Anterior/Cobal	-	1.500.000
. TOTAL	12.386.638	83.908.580

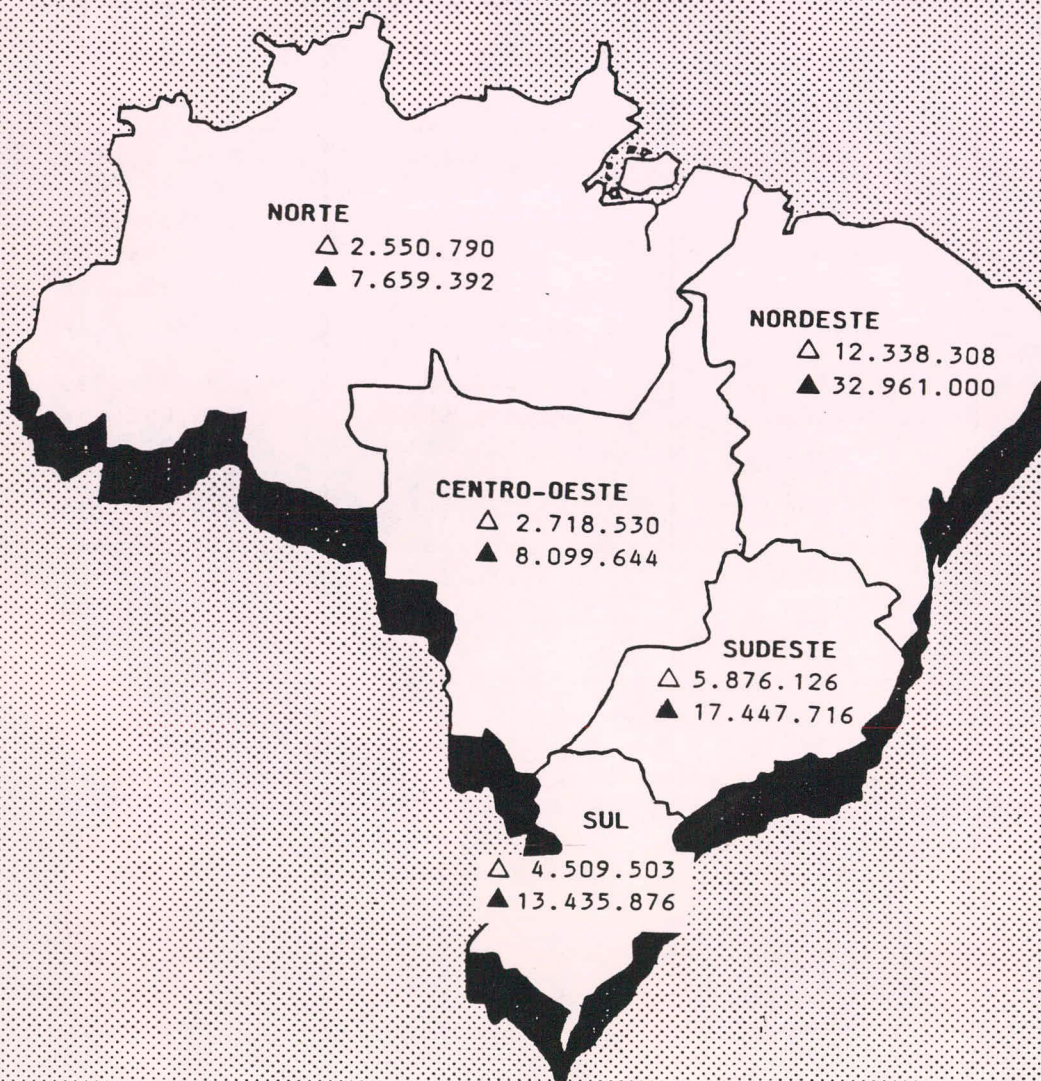
QUADRO II
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
AQUISIÇÃO DE GÊNEROS E ALUNOS BENEFICIADOS

U.F	Atendimento		Recursos Aplicados (Cz\$ 1,00)
	Gêneros Alim. (t)	Alunos Benefic.	
BRASIL	190.346	27.993.257	74.066.284.926
NORTE	16.086	2.550.790	6.613.056.539
RO	2.871	370.396	955.199.101
AC	1.419	167.065	707.601.652
AM	2.860	674.959	1.637.772.040
RR	1.148	72.058	193.555.643
PA	6.930	1.122.290	2.676.830.223
AP	858	144.022	442.097.880
NORDESTE	75.729	12.338.308	31.120.772.155
MA	12.803	2.057.697	6.466.092.456
PI	4.832	882.681	2.071.525.415
CE	11.856	1.418.352	3.744.396.146
RN	3.895	746.750	1.848.569.032
PB	4.748	844.550	2.101.454.440
PE	9.702	1.658.641	3.642.065.765
AL	5.597	849.831	1.833.246.572
SE	4.252	530.444	1.251.152.254
BA	18.044	3.349.362	8.162.270.075
SUDESTE	49.907	5.876.126	18.250.569.916
MG	36.257	3.630.000	9.890.259.227
ES	3.714	692.182	1.723.272.082
RJ	2.308	488.944	1.373.933.235
SP	7.628	1.065.000	5.263.105.372
SUL	29.772	4.509.503	11.449.060.454
PR	15.946	2.023.263	5.337.100.123
SC	4.746	861.100	2.076.696.737
RS	9.080	1.625.140	4.035.263.594
CENTRO-OESTE	18.852	2.718.530	6.632.825.862
MS	3.449	570.000	1.296.900.506
MT	4.305	745.571	1.686.823.785
GO	9.066	1.130.000	2.958.287.713
DF	2.032	272.959	690.813.858

Fonte: FAE/DAAN/GEOF
 Tabulação: FAE/DESIT
 Atualizado em: 30/12/88

GRÁFICO I

PNAE - ALUNOS BENEFICIADOS, RECURSOS EMPENHADOS POR REGIÃO 1988



△ Alunos Beneficiados

▲ Recursos Empenhados

Municipalização

No campo da municipalização da alimentação escolar, que este ano passou a contar com mais 150 municípios conveniados, a FAE aplicou Cz\$ 6.411.257.176,00. O objetivo é implementar as ações do processo de distribuição da merenda escolar. Os recursos são repassados às Prefeituras que ficam com a responsabilidade de gerir o Programa. Assim, o aluno passa a ter acesso a um alimento com o qual esteja acostumado e que seja adequado ao paladar regional.

A municipalização representa uma proposta já consolidada, de descentralização de ações, visando a melhoria operacional do PNAE. Como consequência direta, obtém-se uma sensível melhora nas condições de vida da comunidade. Nos municípios onde foi implantada, verificou-se uma positiva participação da comunidade no processo. A municipalização permite, ainda, o aproveitamento dos excedentes locais de produção, uma maior circulação de impostos e a utilização de mão-de-obra ociosa. (Quadro III e Gráfico II).

Controle de qualidade

A exemplo dos anos anteriores, a FAE promoveu em 1988, um intenso trabalho na área de controle de qualidade dos gêneros comprados para a merenda escolar. Há uma grande preocupação de que o alimento que chega na escola seja de boa qualidade e esteja em perfeitas condições para o consumo. O sistema de controle de qualidade do PNAE foi implantado em 1984 e a ele estão integradas diversas instituições, compreendendo universidades federais, laboratórios estaduais e institutos de pesquisa.

Essas instituições, denominadas unidades-base, são responsáveis pela inspeção e análise de todos os alimentos adquiridos para o Programa.

Os recursos liberados, utilizados no reaparelhamento e construção de novos laboratórios, somaram em 1988 280 milhões de cruzados. (Quadro IV).

QUADRO III
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
MUNICIPALIZAÇÃO

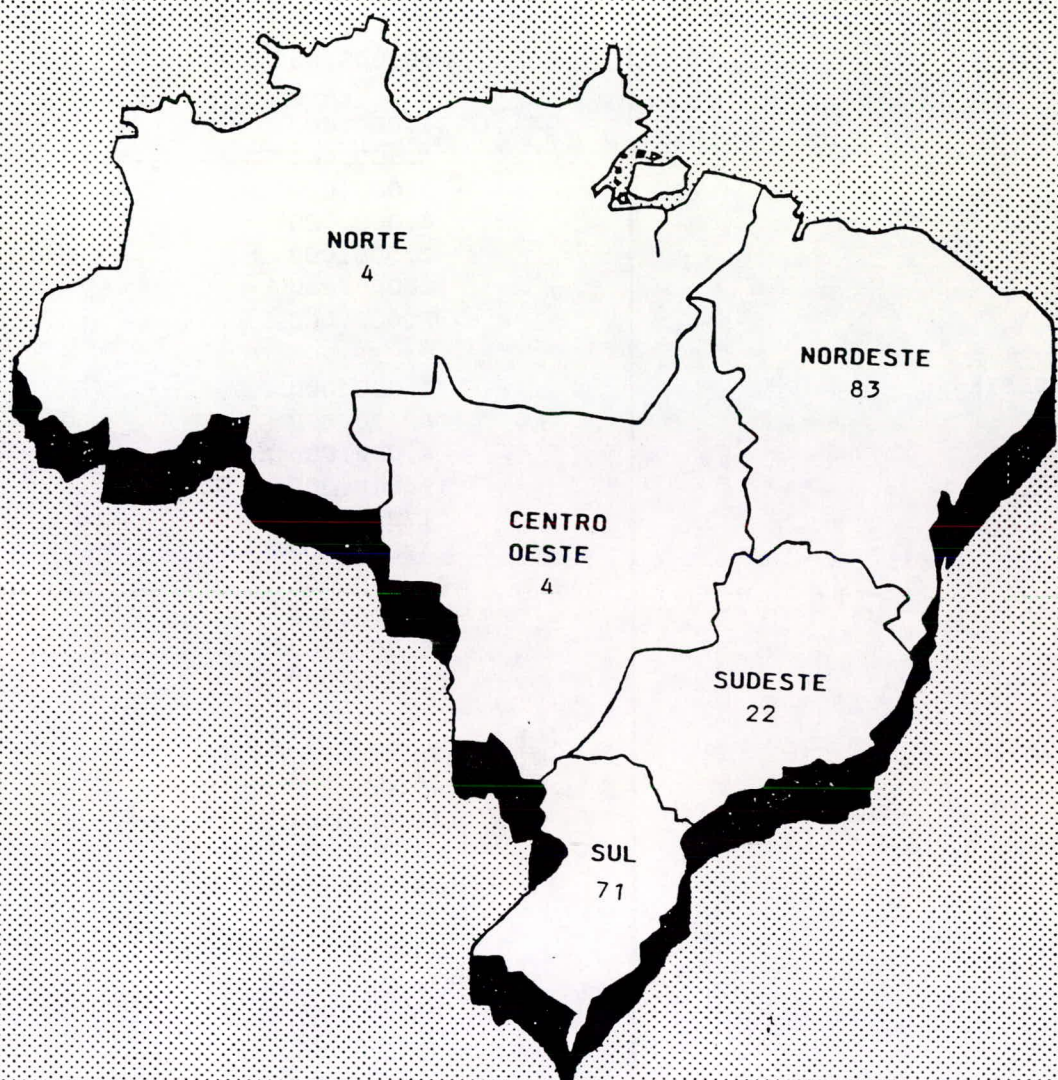
U.F	Recursos Aplicados (Cz\$ 1,00)
BRASIL	6.411.257.176
NORTE	472.468.391
RO	0
AC	0
AM	14.465.313
RR	0
PA	458.003.078
AP	0
NORDESTE	1.993.573.398
MA	353.624.436
PI	319.784.520
CE	247.686.697
RN	498.122.570
PB	235.959.157
PE	149.823.259
AL	1.725.900
SE	13.864.090
BA	172.982.769
SUDESTE	2.588.454.310
MG	1.355.535.030
ES	0
RJ	1.232.919.280
SP	0
SUL	1.143.615.118
PR	464.081.292
SC	253.784.698
RS	425.749.128
CENTRO-OESTE	213.145.959
MS	0
MT	17.680.080
GO	195.465.879
DF	0

Fonte: FAE/DAAN/GEOF

Tabulação: FAE/DIPLAN/DESIT

GRÁFICO II

PNAE - 88 MUNICIPALIZAÇÃO



MUNICÍPIOS POR REGIÃO
TOTAL: 184
ALUNOS ATENDIDOS
TOTAL: 3.459.876

QUADRO IV
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
CONTROLE DE QUALIDADE

U.F	Recursos Aplicados (Cz\$ 1,00)
BRASIL	280.000.000
NORTE	26.000.000
RO	1.500.000
AC	5.000.000
AM	4.000.000
RR	1.500.000
PA	12.000.000
AP	2.000.000
NORDESTE	121.000.000
MA	16.190.000
PI	4.000.000
CE	19.810.000
RN	11.000.000
PB	3.000.000
PE	33.000.000
AL	4.000.000
SE	8.000.000
BA	22.000.000
SUDESTE	58.000.000
MG	40.000.000
ES	11.000.000
RJ	3.000.000
SP	4.000.000
SUL	41.000.000
PR	16.000.000
SC	9.000.000
RS	16.000.000
CENTRO-OESTE	34.000.000
MS	10.000.000
MT	7.000.000
GO	9.000.000
DF	8.000.000

Fonte: FAE/DAAN/GEOF
 Tabulação: FAE/DIPLAN

Armazenagem

A política de armazenagem da FAE baseia-se em dois pontos: o repasse de recursos para a construção e reforma de armazéns e a locação, mediante convênio, de unidades pertencentes à CIBRAZEM, companhias estaduais de armazenamento e empresas privadas. Assim, 28 armazéns foram construídos ou reformados em 1988, com recursos da FAE. Outros 20 estão em fase de construção e a Diretoria de Apoio Alimentar e Nutricional tem 70 projetos em fase de análise. No exercício, foram gastos Cz\$ 289.087.000,00 em armazenagem. (Quadro V)

Organismos Internacionais

A Fundação de Assistência ao Estudante recebeu em 1988 recursos da ordem de Cz\$ 7.619.833.120,00 do Programa Mundial de Alimentos (PMA), órgão ligado à FAO, para prestar assistência à alimentação

de escolares e pré-escolares carentes das regiões Norte e Nordeste. O projeto comum, desenvolvido pela FAE e PMA, denominado BRA-2732, estabelece que o repasse de recursos é feito sob a forma de gêneros de seis tipos: farinha de trigo, leite em pó, queijo e peixe enlatados e sopa liofilizada. Há um estudo da DAAN para que nos próximos anos abra-se a possibilidade das doações serem feitas em dinheiro para que possa ser aplicado no treinamento de merendeiras e na aquisição de material de cantina.

Custo Operacional

O custo operacional do PNAE é baixo. Foram gastos na administração do Programa, em 1988, Cz\$ 725.136.606,00. Estes incluem despesas com transporte, taxa de administração, frete, capatazia, armazenagem no porto, etc. dos gêneros provenientes de doações internacionais. (Quadro VI)

QUADRO V
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
ARMAZENAGEM

U.F	Empresa Contratada	Recursos Aplicados(Cz\$ 1,00)
BRASIL		289.087.049
NORTE		
RO	CIBRAZEM	8.169.565
AC		2.102.929
AM	CIBRAZEM	1.715.953
RR		
PA	CIBRAZEM	4.350.683
AP		
NORDESTE		
MA	CIBRAZEM	124.177.981
PI	CIBRAZEM	8.565.874
CE	CIBRAZEM/INFAZ	8.430.738
RN	CIBRAZEM	27.344.600
PB	CIBRAZEM	5.500.283
PE	CIBRAZEM/INFAZ	16.999.309
AL	CIDAL	21.372.055
SE		4.707.780
BA	TECAL/CASEB	31.257.342
SUDESTE		
MG	CASEMG	136.701.190
ES		24.386.186
RJ		
SP	CAEGESP/OUTRAS	112.315.004
SUL		
PR		18.584.997
SC	CIBRAZEM	7.039.713
RS	CIBRAZEM	11.545.284
CENTRO-OESTE		
MS		1.453.316
MT	CIBRAZEM	1.361.988
GO		
DF	CIBRAZEM	91.328

Fonte: FAE/DAAN/GEOP

Tabulação: FAE/DIPLAN

QUADRO VI
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
CUSTO OPERACIONAL

U.F	Recursos Aplicados (Cz\$ 1,00)
BRASIL	725.136.606
NORTE	66.572.691
RO	8.405.326
AC	6.052.254
AM	15.356.509
RR	2.162.754
PA	29.541.217
AP	5.054.631
NORDESTE	321.592.668
MA	59.783.893
PI	22.817.647
CE	41.637.674
RN	14.967.686
PB	21.487.458
PE	43.143.407
AL	25.736.380
SE	14.841.809
BA	77.176.714
SUDESTE	131.662.223
MG	105.960.232
ES	15.109.944
RJ	6.652.446
SP	3.939.601
SUL	121.427.633
PR	63.866.449
SC	20.279.740
RS	37.281.444
CENTRO-OESTE	83.881.391
MS	16.746.169
MT	19.539.252
GO	39.673.436
DF	7.922.534

Fonte: FAE/DAAN/GEOF
 Tabulação: FAE/DIPLAN



Art. 208

§ 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo;

§ 2º - O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

O Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, em 1988 teve que adaptar suas metas à realidade do país; assim, a FAE foi forçada a redimensioná-las. O Programa, que foi criado em 1985, através do Decreto nº 91.542 tem por finalidade distribuir livros, não descartáveis e escolhidos, em processo democrático, pelos próprios professores, aos estudantes de 1º Grau matriculados nas escolas públicas e comunitárias em todo o país.

A temática principal de todas as discussões em torno do livro didático tem sido a questão da qualidade. Diversos eventos foram promovidos e especialistas, professores e técnicos, foram ouvidos sobre o assunto, que a FAE considera de suma importância. É sabido que em muitas escolas, principalmente no interior do país, o livro é o único instrumento de

que dispõe o aluno no seu processo de ensino-aprendizagem. Daí a importância de que se ofereça ao professor condições de efetuar uma boa escolha, que venha a facilitar o seu trabalho pedagógico. O livro destinado ao aluno de 1º Grau deve ser vinculado ao real, apresentar conceitos formulados corretamente, conter informações atualizadas, boa diagramação e, sobretudo, deve respeitar a inteligência da criança, desafiando-a e despertando o seu interesse.

Em 1988, o PNLD distribuiu à sua clientela um total superior a 30 milhões de livros didáticos, num custo de Cz\$ 18.325.341.409,00 (Quadro VII, Gráfico III).

A proposta inicial do Programa, fornecer livros não descartáveis, foi mantida com êxito, colocando-a acima do simples fornecimento de livros.

QUADRO VII

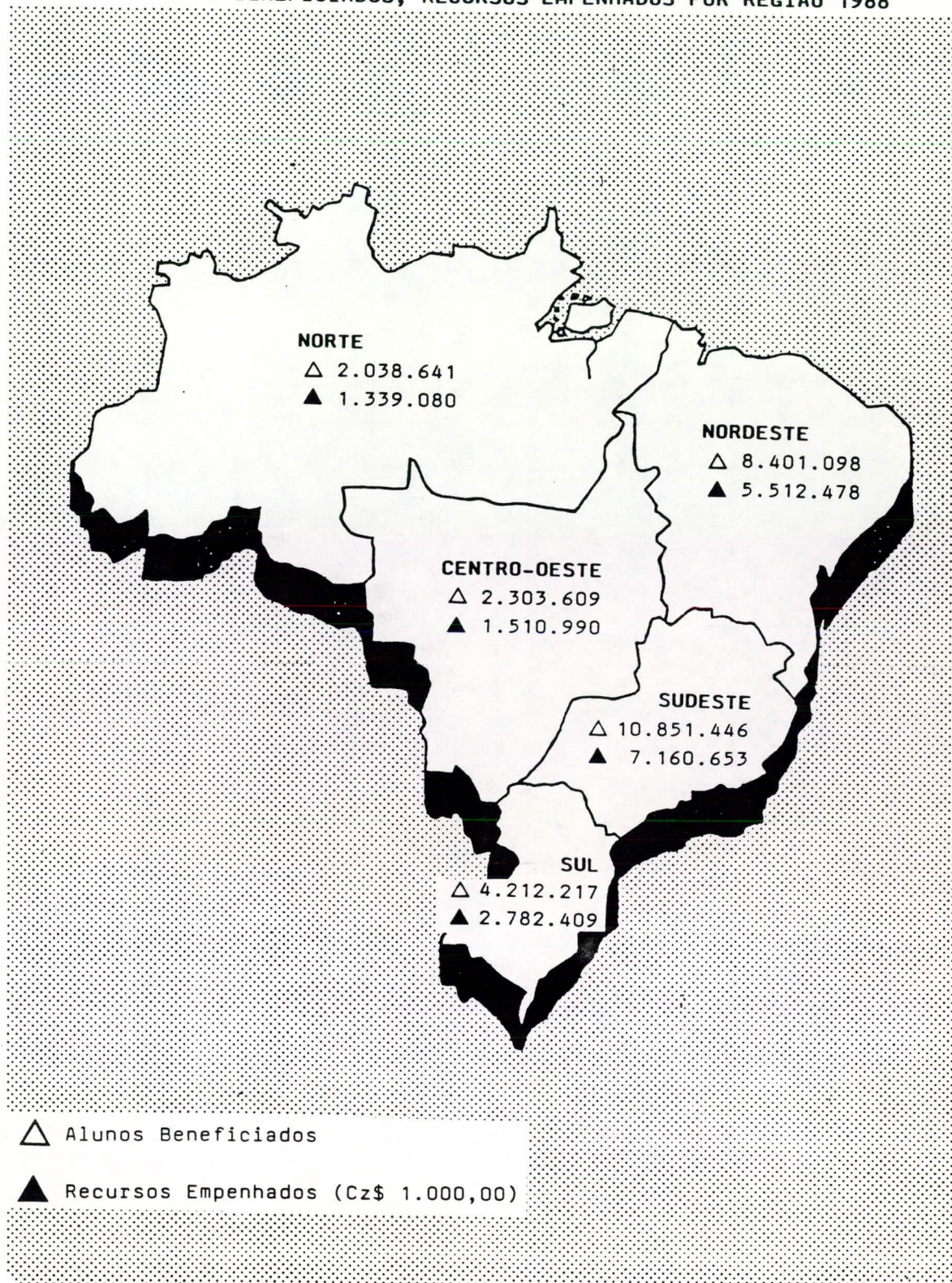
PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

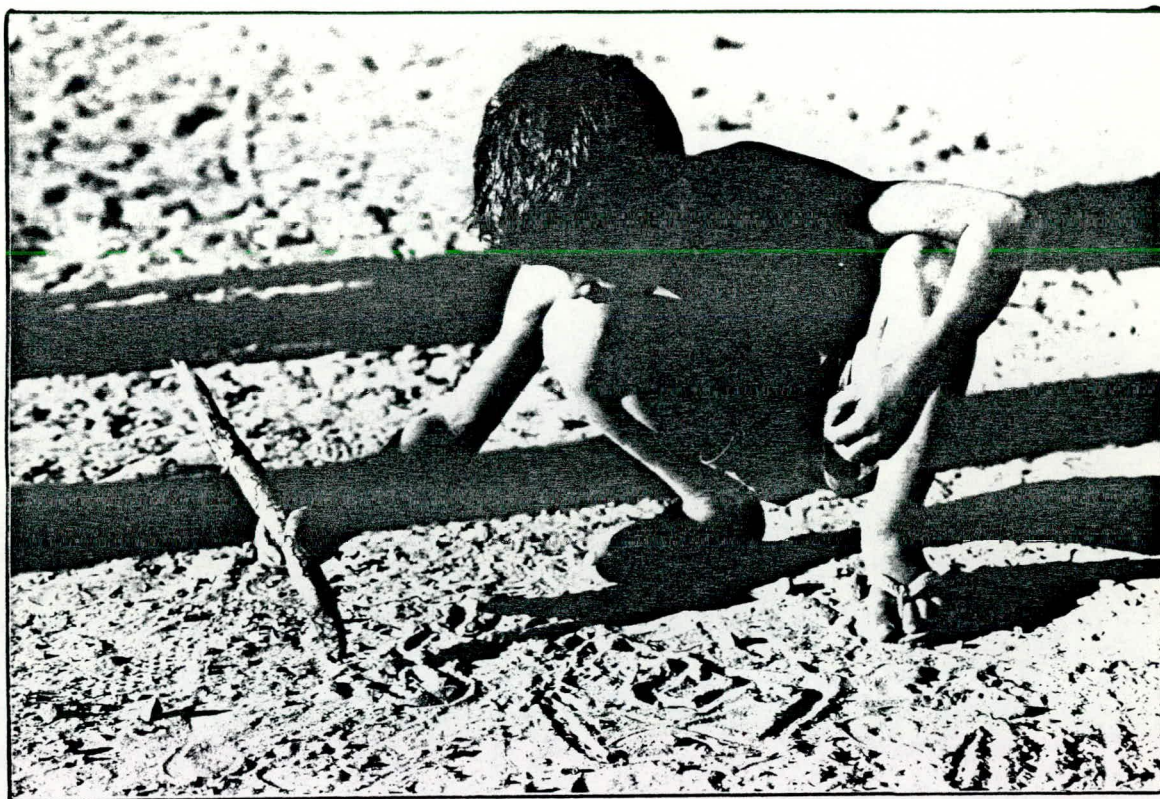
AQUISIÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E RECURSOS APLICADOS

U.F.	Aquisição		Distribuição		Total/Recursos Aplicados (Cz\$ 1,00)
	Nº Livros	Rec. Aplicados	Nº Livros	Rec. Aplicados	
Acre	97.966	59.358.721	113.281	11.094.357	70.453.078
Alagoas	418.721	253.707.848	486.258	46.713.084	300.420.932
Amazonas	554.014	335.683.426	623.827	60.435.052	396.118.478
Amapá	62.417	37.819.174	73.922	7.298.919	45.118.093
Bahia	1.892.160	1.146.481.411	2.215.058	214.588.230	1.361.069.641
Ceará	915.726	554.848.868	1.002.824	97.221.606	652.070.474
Distrito Federal	249.479	151.162.183	290.289	28.027.850	179.190.033
Espírito Santo	510.694	309.435.342	620.981	60.143.095	369.578.437
F. de Noronha	188	113.911	216	20.919	134.830
Goiás	1.097.072	664.728.487	1.265.230	122.621.845	787.350.332
Maranhão	1.415.604	857.730.673	1.612.097	156.196.875	1.013.927.548
Minas Gerais	3.513.166	2.128.667.506	4.315.473	418.082.102	2.546.749.608
M.G. do Sul	324.100	196.375.901	368.715	35.618.726	231.994.627
Mato Grosso	435.691	263.990.165	501.308	48.464.824	312.454.989
Pará	741.151	449.071.887	885.099	85.835.292	534.907.179
Paraíba	548.558	332.377.574	645.451	62.478.749	394.856.323
Pernambuco	1.186.873	719.139.941	1.368.885	132.527.456	851.667.397
Piauí	595.034	360.577.913	696.600	67.442.015	428.019.928
Paraná	1.591.944	964.537.098	1.948.140	188.604.077	1.153.141.175
Rio de Janeiro	1.284.573	778.337.490	1.549.016	150.065.782	928.403.272
R.G. do Norte	438.815	265.883.033	515.606	49.924.608	315.807.641
R.G. do Sul	1.424.854	863.335.354	1.660.399	160.868.183	1.024.203.537
Rondônia	371.257	224.948.867	420.544	40.873.948	265.822.815
Roraima	37.258	22.575.048	43.453	4.087.394	26.662.442
Santa Catarina	834.710	505.760.347	1.024.564	99.265.303	605.025.650
Sergipe	269.999	163.595.485	319.395	30.947.418	194.542.903
São Paulo	4.613.760	2.795.530.012	5.578.167	540.120.035	3.335.650.047
TOTAL	25.425.784	15.405.773.665	30.144.798	2.919.567.744	18.325.341.409

Fonte: GEID/DADP

GRÁFICO III
PNLD ALUNOS BENEFICIADOS, RECURSOS EMPENHADOS POR REGIÃO 1988





Art. 214 - A lei estabelecerá o Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam à:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - melhoria da qualidade do ensino.

PROGRAMA NACIONAL DE MATERIAL ESCOLAR

Instituído através do Decreto Presidencial nº 94.084, de 10/03/87, o Programa Nacional de Material Escolar (PNME) foi criado com o objetivo de fornecer material escolar a alunos carentes, matriculados na rede pública de ensino do País. Dado as dimensões de suas metas o Programa previu, em sua concepção, a implantação gradativa de suas ações. No ano de sua criação, o PNME foi levado à região Nordeste, por ser reconhecidamente a que revela um quadro de maior carência. Já em 1988 foi estendido às regiões Norte e Centro-Oeste, atendendo ainda os professores. Numa etapa posterior a FAE pretende doar módulos de material às escolas e salas de aula.

O PNME é fruto de uma concepção de que o aluno muitas vezes se afasta da escola por não

dispor de recursos para comprar o material escolar necessário ao seu processo de ensino-aprendizagem. E os professores, muitos deles tão carentes quanto os alunos de meios para bem realizar suas tarefas. Os módulos distribuídos são compostos basicamente de caderno escolar, lápis, borracha, apontador, lápis de cor e canetas esferográficas azul e vermelha. O módulo destinado ao professor conta ainda com caderno universitário, uma gramática de base da língua portuguesa e um dicionário escolar. Os módulos destinados aos alunos são diferenciados por série.

Em 1988, foram doados mais de 11 milhões de módulos para alunos e 397.925 mil módulos para os professores. O custo foi de Cz\$ 2.345.922.366,00 (Quadro VIII Gráfico IV).

QUADRO VIII

PROGRAMA NACIONAL DE MATERIAL ESCOLAR

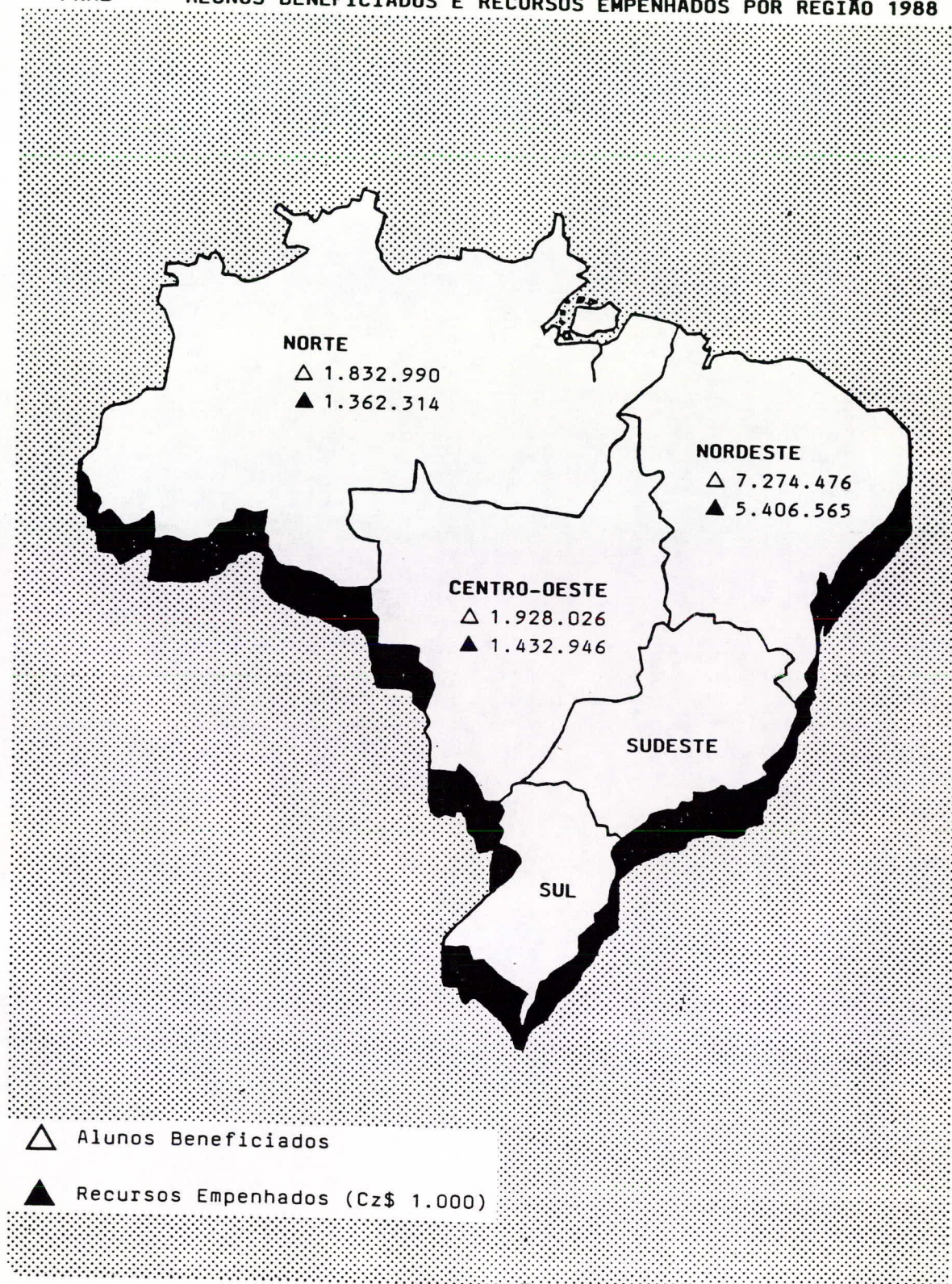
ATENDIMENTO

U.F	ATENDIMENTO		RECURSOS APLICADOS (Cz\$ 1,00)	
	Módulo Professor	Módulo Aluno	Módulo Professor	Módulo Aluno
BRASIL	397.925	11.102.075	97.746.765	2.345.922.366
NORTE	54.445	1.832.990	13.373.934	387.319.688
RO	5.326	192.966	1.308.285	40.774.653
AC	2.974	72.257	730.537	15.278.254
AM	13.943	398.777	3.424.975	84.263.517
RR	1.397	32.634	343.160	6.895.723
PA	29.238	1.079.768	7.182.057	228.150.222
AP	1.567	56.588	384.920	11.957.319
NORDESTE	274.873	7.274.476	67.520.127	1.551.201.422
MA	28.402	738.531	6.976.701	156.055.187
PI	22.240	535.925	5.463.060	113.243.555
CE	37.333	966.526	9.170.522	204.231.637
RN	18.362	435.278	4.510.463	91.976.355
PB	25.621	540.660	6.293.573	114.244.083
PE	45.227	1.299.972	11.109.613	274.690.396
AL	14.966	390.646	3.676.266	82.545.397
SE	9.344	289.207	2.295.271	61.110.843
BA	73.366	2.077.493	18.021.711	453.043.279
FN	12	238	2.947	60.690
CENTRO-OESTE	68.607	1.928.026	16.852.704	407.401.256
MS	12.139	335.808	2.981.838	70.957.861
MT	13.850	348.168	3.402.130	73.569.589
GO	32.695	981.429	8.031.238	207.380.714
DF	9.923	262.621	2.437.498	55.493.093

Fonte: DADP/DEPRO/DEDEP

Tabulação: GEIO

GRÁFICO IV
PNME — ALUNOS BENEFICIADOS E RECURSOS EMPENHADOS POR REGIÃO 1988



EDITORIAÇÃO

PROGRAMA DE VENDAS

O Programa de Editoração, criado há cerca de 30 anos, tem por finalidade a produção de obras didáticas e de consulta destinadas a alunos e professores dos diversos graus de ensino.

A produção industrial dos títulos editoriais pela FAE é feita por gráficas e editoras do Parque Gráfico Nacional.

Em 1988, o Programa contribuiu para facilitar o acesso de professores e alunos a uma biblioteca básica, através de doações a bibliotecas escolares e comercialização nos postos FAE, a preços módicos.

Os títulos editados, em 1988, foram os seguintes:

LINHA EDITORIAL PRÓPRIA

- 1 - Atlas Histórico Escolar, 8ª edição, 3ª tiragem de 30.000 exemplares.
- 2 - Brinquedo, Desafio e Descoberta, 1ª edição, 20.000 exemplares.
- 3 - Experiências de Física ao Alcance de Todos, 1ª edição, 20.000 exemplares.
- 4 - Laboratório Básico Polivalente de Ciências para 1º Grau Manual do Professor, 3ª edição, 5.000 exemplares.
- 5 - Ortografia, Pontuação, Crase, 2ª edição, 4ª tiragem, 10.000 exemplares.
- 6 - Iniciação à Ciência 1,5ª edição, 2ª tiragem, 10.000 exemplares.
- 7 - Manual de Redação, 4ª edição, 2ª tiragem, 20.000 exemplares.
- 8 - Dicionário Escolar Latino-Português, 6ª edição, 3ª tiragem, 3.000 exemplares.

9 - Gramática da Língua Inglesa - 8ª edição, 3ª tiragem, 20.000 exemplares.

10 - Dicionário de Expressão Idiomática - Inglês/Português - Português/Inglês, 4ª edição, 2ª tiragem, 5.000 exemplares.

CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA EDITORIAL-GRÁFICA

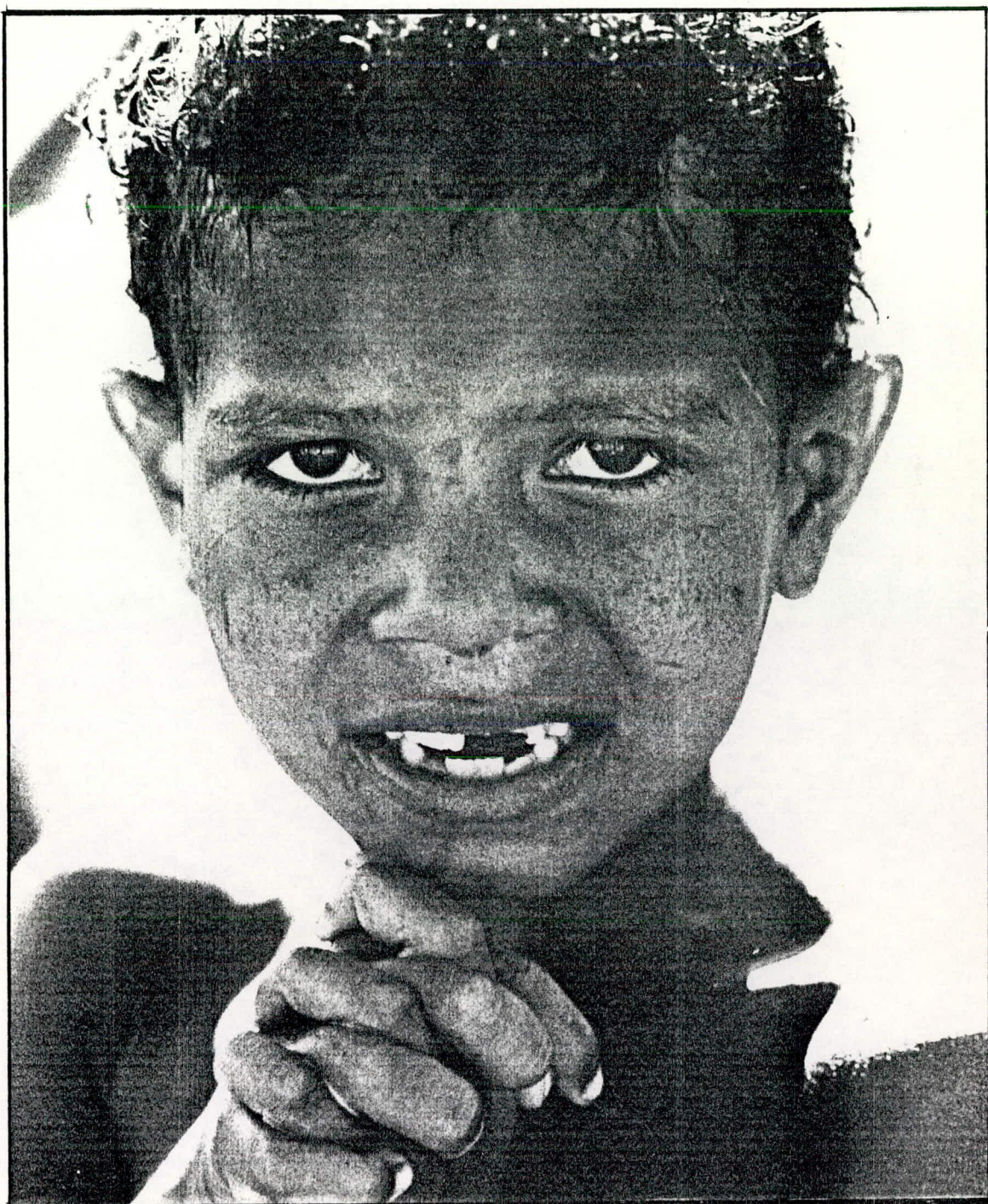
- 1 - FAE/SEB/DEMEC/RJ - REVISTA CRIANÇA nº 17, 66.000 exemplares; nº 18, 66.000 exemplares; nº 19, 66.000 exemplares; nº 20, 66.000 exemplares.
- 2 - FAE/COAGRI - SÉRIE ENSINO AGRO-TÉCNICO (12 volumes) - Matemática, 1ª edição, 10.000 exemplares.
- 3 - FAE/SESPE - ATENDIMENTO A SUPERDOTADOS - O Papel dos Pais, 5.000 exemplares; o Papel dos Professores, 5.000 exemplares.

OBRAS NO PRELO (LANÇAMENTO PARA 89)

- 1 - Enciclopédia Brasileira de Literatura - 2 volumes, 1ª edição, 5.000 exemplares.
- 2 - Texto da Nova Constituição (c/glossário) - 1ª edição, 20.000 exemplares.
- 3 - Manual PNLD/90 - 190.000 exemplares.

VENDAS INSTITUCIONAIS

O Programa de Vendas Institucionais da FAE atendeu em 1988, segundo a DADP, solicitações feitas por diversas instituições (Secretarias Estaduais de Educação, Prefeituras Municipais, Fundações, Cooperativas, Projeto Monhangara) gerando com isso uma receita no valor de Cz\$ 343.619.400,00. Essas instituições adquiriram um total de 15.608.506 unidades de material escolar e 13.065 exemplares de obras didáticas e paradidáticas.



Art. 212

§ 4º - Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde, previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

PROGRAMA SAÚDE DO ESCOLAR

Em 1988, o crescimento do Programa Saúde do Escolar foi significativo. O número de alunos atendidos passou de três para seis milhões, distribuídos por 29,8 mil escolas. Os recursos investidos somaram Cz\$ 226,5 milhões. Este sucesso deveu-se, sem dúvida, à simplicidade e objetividade com que é executado. Sua base são as ações educativas e preventivas nas áreas de odontologia, oftalmologia e saúde geral. Este programa mostrou-se de vital importância, somando sua ações aos sistemas convencionais de saúde pública.

Foram entregues 862 Unidades Clínicas Odontológicas. Cada uma delas é constituída por duas cadeiras odontológicas, possui instrumental necessário e é acompanhada de medicamentos. São operadas por um dentista e dois técnicos de higiene bucal, e têm

capacidade para atender 1 mil crianças por ano, na faixa etária de 6 a 14 anos.

Na área de assistência oftalmológica, foram doadas 39 mil armações para óculos e 155 mil crianças receberam pares de lentes. Esta ação foi facilitada pela doação de 31 facetadoras (máquinas que confeccionam óculos com facilidade) a Secretarias de Educação dos Estados. As crianças passam por uma triagem e, posteriormente, são submetidas a consulta e aí, caso precisem, recebem os óculos.

A Diretoria de Apoio Complementar, responsável pela Saúde do Escolar promoveu, ao longo do ano, um intenso trabalho de acompanhamento do Programa, no sentido de evitar o desperdício de recursos e implementar suas ações. (Quadro IX, Gráfico V).

QUADRO IX
PROGRAMA SAÚDE DO ESCOLAR

U.F	ATENDIMENTO		RECURSOS APLICADOS (Nz\$ 1,00)
	ESCOLAS BENEFICIADAS	ALUNOS BENEFICIADOS	
BRASIL	29.854	6.322.739	226.516.740
NORTE	3.468	476.403	15.895.130
RO	2.448	210.279	3.977.610
AC	35	10.256	261.140
AM	629	142.882	7.023.360
RR	26	20.000	3.140.010
PA	330	92.986	1.493.010
AP	0	0	0
NORDESTE	9.548	1.675.949	73.839.340
MA	636	117.097	5.638.620
PI	964	90.847	12.535.950
CE	2.818	294.433	21.022.850
RN	1.040	258.297	10.503.140
PB	1.719	280.871	11.189.810
PE	942	103.601	6.095.890
AL	286	144.072	5.241.240
SE	90	33.940	89.940
BA	1.053	352.791	1.521.900
SUDESTE	4.700	2.239.408	60.977.570
MG	2.504	724.695	51.732.010
ES	337	222.544	1.417.520
RJ	1.040	650.098	5.351.040
SP	819	642.071	2.477.000
SUL	8.617	1.024.144	50.565.020
PR	4.113	561.942	27.701.700
SC	2.464	304.684	8.179.170
RS	2.040	157.518	14.684.150
CENTRO-OESTE	3.521	906.835	25.239.680
MS	668	144.681	1.054.690
MT	1.398	184.671	1.722.280
GO	1.039	350.262	11.589.850
DF	416	227.221	10.872.860

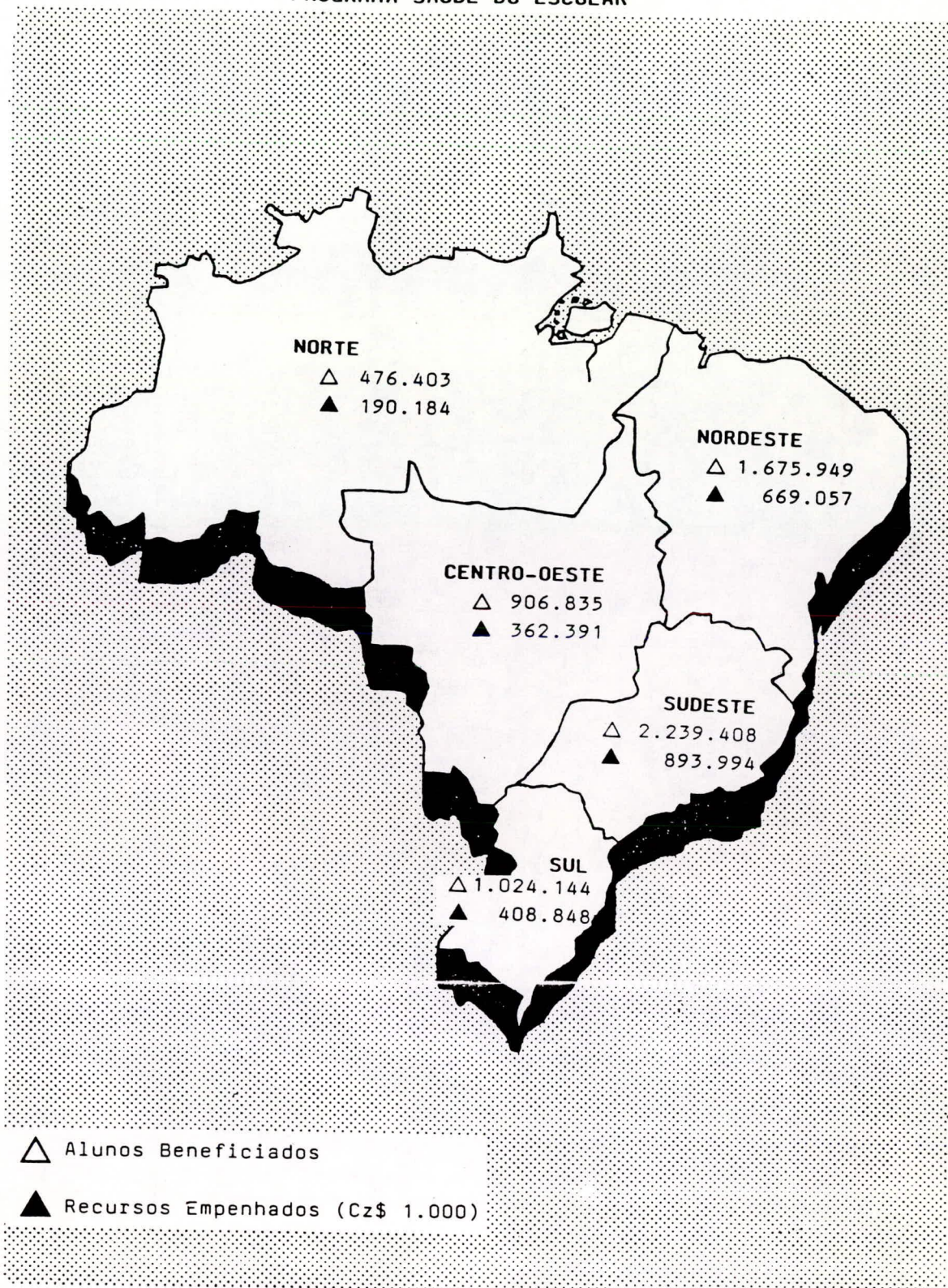
Fonte: FAE/DIACOM

Tabulação: FAE/DESIT

Nota: Além dos recursos repassados em 1988, demonstrados no quadro acima, foram aplicados através de doação os seguintes materiais:

155.000 Pares de Lentes..... Cz\$ 124.000.000,00
39.000 Armações para óculos Cz\$ 20.000.000,00
31 Facetadoras Cz\$ 24.000.000,00
862 Unidades Clínicas Odontológicas..... Cz\$ 2.000.000.000,00
TOTAL Cz\$ 2.168.000.000,00

GRÁFICO V
PROGRAMA SAÚDE DO ESCOLAR





Art. 212

§ 3º - A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do Plano Nacional de Educação.

PROGRAMA SALAS DE LEITURA/ BIBLIOTECAS ESCOLARES

No dia 19 de setembro de 1988, através da Portaria Ministerial nº 490, foi criado o Programa Salas de Leitura/Bibliotecas Escolares. O Programa, que anteriormente se chamava "Salas de Leitura", tem por objetivo o desenvolvimento da leitura na escola, de modo a torná-la uma ação mais natural em qualquer estabelecimento de ensino. Alfabetizada, a criança se instrumentaliza para ter acesso à informação, para se apropriar do conhecimento, para crescer e se integrar na

sociedade. Mas, no entanto, é preciso o livro, para mostrar-lhe o caminho.

Mais de 3 milhões de livros de literatura infanto-juvenil foram distribuídos em 1988, dentre 88 títulos escolhidos por técnicos da Diretoria de Apoio Complementar, para as escolas públicas da rede municipal. Foram beneficiados 1.698 municípios, envolvendo 47.820 escolas onde estão matriculados 3,8 milhões de alunos. O custo da operação foi de Cz\$ 509.052.551,92.

QUADRO X

PROGRAMA SALAS DE LEITURA/BIBLIOTECAS ESCOLARES

AQUISIÇÃO DE PERIÓDICOS

PERIÓDICO	Nº ASSINATURAS	Nº EXEMPLARES	Nz\$ (1,00)
Revista Nova Escola	300.000	2.700.000	313.288.222,00
Revista Sala de Aula	50.000	400.000	72.754.500,00
Revista Ciência Hoje	15.590	171.490	27.036.333,00
Revista Correio da UNESCO	7.800	93.600	9.063.444,00
Revista Tecnologia Educ.	3.200	19.200	3.136.000,00
Revista Educação Municipal	5.000	15.000	27.941.858,00
Revista AMAE Educando	7.800	46.800	15.783.980,00
Revista Ensino Ciências	0	72.000	22.266.720,00
Revista Ciências p/Crianças	0	302.000	12.064.900,00
Jornal Leia	46.750	561.000	45.232.850,00
TOTAL	436.140	4.381.090	548.568.807,00

Fonte: FAE/DIACOM

QUADRO XI

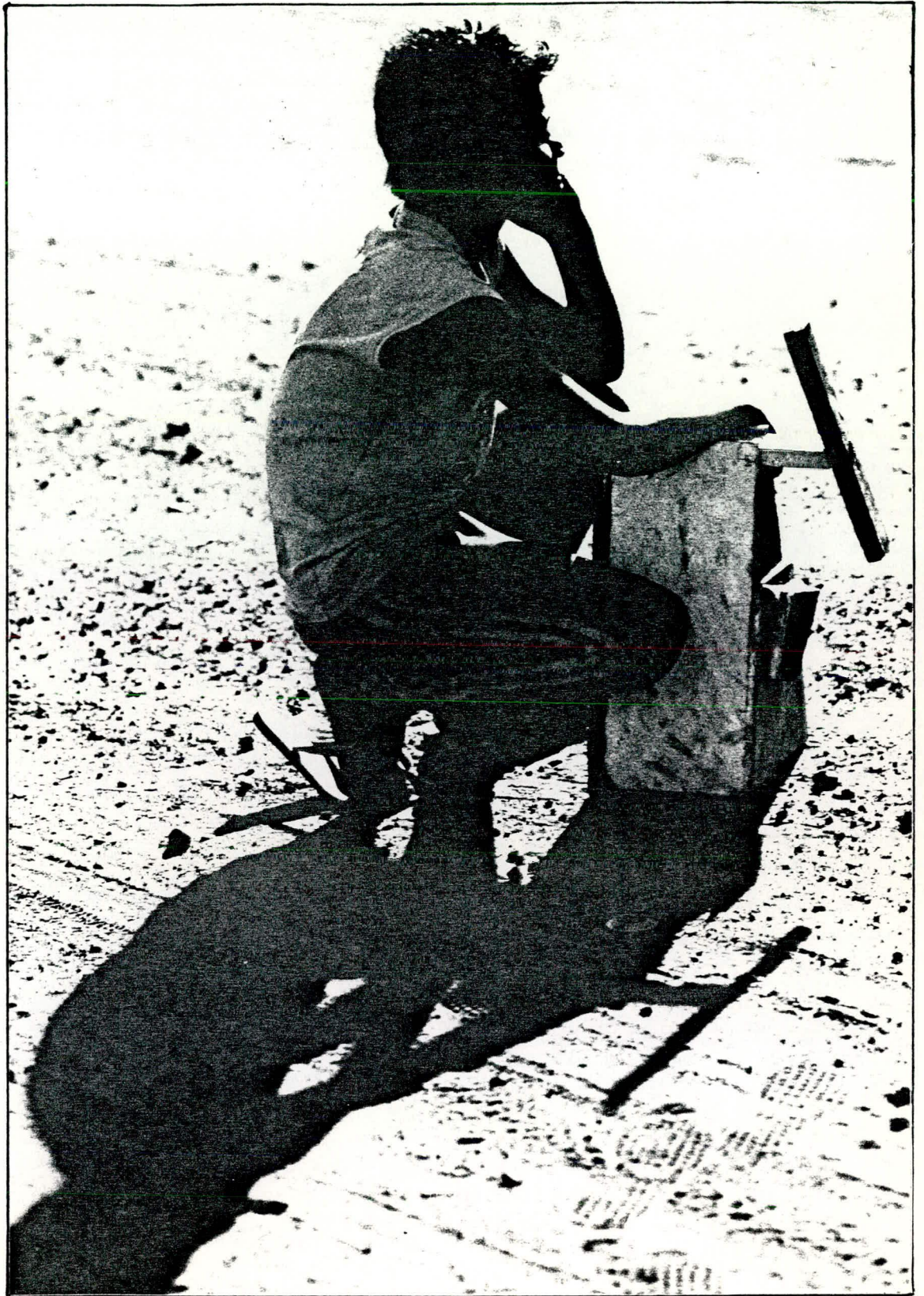
PROGRAMA SALAS DE LEITURA/BIBLIOTECAS ESCOLARES

U.F.	MUNICÍPIO	ESCOLA	ALUNO	LIVRO	Cz\$ (1,00)
BRASIL	1.698	47.820	3.893.586	3.023.416	509.052.551,91
NORTE	68	3.269	350.558	220.088	37.056.216,56
RO	16	1.166	167.975	86.756	14.607.107,72
AC	5	218	9.694	10.004	1.684.373,48
AM	12	668	26.212	31.242	5.260.215,54
RR	3	49	3.648	3.157	531.544,09
PA	1	1.148	135.966	85.444	14.386.206,28
AP	1	20	7.063	3.485	586.769,45
NORDESTE	459	16.861	1.547.905	1.105.729	186.171.591,73
MA	49	1.827	238.683	146.042	24.589.091,54
PI	23	1.166	86.503	69.331	11.673.260,47
CE	67	3.490	221.027	198.276	33.383.730,12
RN	47	817	66.573	50.881	8.566.833,97
PB	51	1.688	130.839	103.197	17.375.278,89
PE	66	2.434	263.086	171.216	28.827.637,92
AL	30	679	87.575	54.735	9.215.731,95
SE	24	608	75.216	48.011	8.083.612,07
BA	101	4.151	378.181	263.917	44.435.705,29
FN	1	1	222	123	20.709,51
SUDESTE	448	7.490	547.874	506.508	85.280.751,96
ES	21	447	50.818	34.522	5.812.469,14
RJ	35	867	25.552	104.632	17.616.889,84
SP	43	330	75.216	48.011	8.083.612,07
MG	349	5.846	396.288	319.343	53.767.780,91
SUL	540	15.423	909.119	854.973	143.951.804,01
PR	213	6.529	440.500	373.674	62.915.491,38
SC	131	2.207	122.942	120.130	20.226.288,10
RS	196	6.687	345.677	361.169	60.810.024,53
CENTRO-OESTE	183	4.777	538.130	336.118	56.592.187,66
MS	41	904	76.574	58.384	9.830.114,08
MT	51	1.641	98.713	84.583	14.241.239,71
GO	90	1.843	97.028	95.899	16.146.514,63
DF	1	389	265.815	97.252	16.374.319,24

Fonte: FAE/DIACOM

Nota: Os recursos gastos neste programa, advêm do Projeto Atividade:

42 Distribuição de Livros para Alunos e Bibliotecas.



PROGRAMA DE BOLSAS DE ESTUDO DE 1º E 2º GRAUS

Em decorrência da falta de escolas em grande número de cidades do interior, o Programa de Bolsas de Estudo de 1º e 2º Graus preenche esta lacuna. As bolsas são repassadas para parlamentares que as distribuem a alunos carentes de todas as Unidades da Federação, indistintamente.

Destinadas exclusivamente para alunos das três séries do 2º Grau e da 5ª à 8ª série do 1º Grau, as bolsas em 1988 tiveram estipulados os valores de Cz\$ 3,73 para o 1º Grau e Cz\$ 4,39 para o 2º. As bolsas são renovadas anualmente, mediante apresentação, pelo colégio, do atestado de frequência do bolsista. Quando este é concluinte da 8ª série do 1º Grau, é postulada, em formulário próprio, nova bolsa para o 2º Grau, não tendo direito à renovação o aluno que tenha sido reprovado ou que tenha fornecido à FAE informações cadastrais falsas.

O Programa de Bolsas de Estudo de 1º e 2º Graus é administrado pelo Gabinete do Ministro da Educação e executado pela Diretoria de Apoio Complementar da FAE. Em 1988 foram gastos recursos no valor de Cz\$ 194.641.750,00 na distribuição de 271.191 bolsas de 1º Grau e 21.113 bolsas de 2º Grau. (Quadro XII e XIII, Gráfico VI e VII).

QUADRO XII

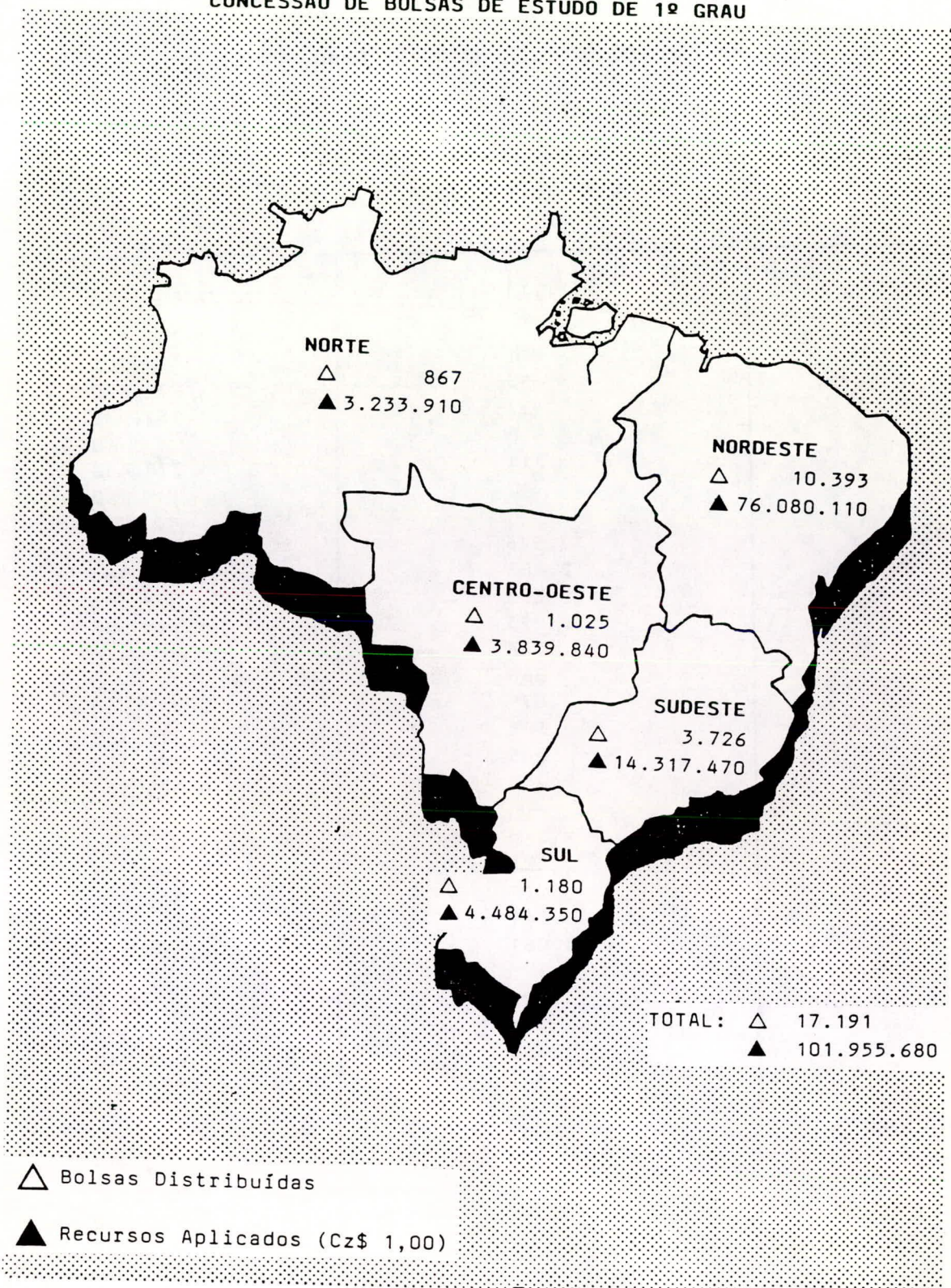
PROGRAMA BOLSAS DE ESTUDO DE 1º GRAU

U.F.	BOLSAS DISTRIBUÍDAS	RECURSOS APLICADOS (Cz\$ 1,00)
BRASIL	27.191	101.955.680
NORTE	867	3.233.910
RO	4	14.920
AC	210	783.300
AM	82	305.860
RR	0	0
PA	571	2.129.830
AP	0	0
NORDESTE	20.393	76.080.110
MA	4.907	18.303.110
PI	1.694	6.318.620
CE	4.280	15.964.400
RN	789	2.952.450
PB	1.513	5.643.490
PE	1.449	5.404.770
AL	968	3.613.010
SE	585	2.184.420
BA	4.208	15.695.840
SUDESTE	3.726	14.317.470
MG	2.002	7.877.470
ES	349	1.301.770
RJ	1.158	4.311.880
SP	217	826.350
SUL	1.180	4.484.350
PR	355	1.328.890
SC	307	1.187.770
RS	518	1.967.690
CENTRO-OESTE	1.025	3.839.840
MS	92	359.750
MT	185	690.050
GO	622	2.320.060
DF	126	469.980

Fonte: FAE/DIACOM

Tabulação: FAE/DIPLAN/DPDOC/GEST

GRÁFICO VI
CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO DE 1º GRAU



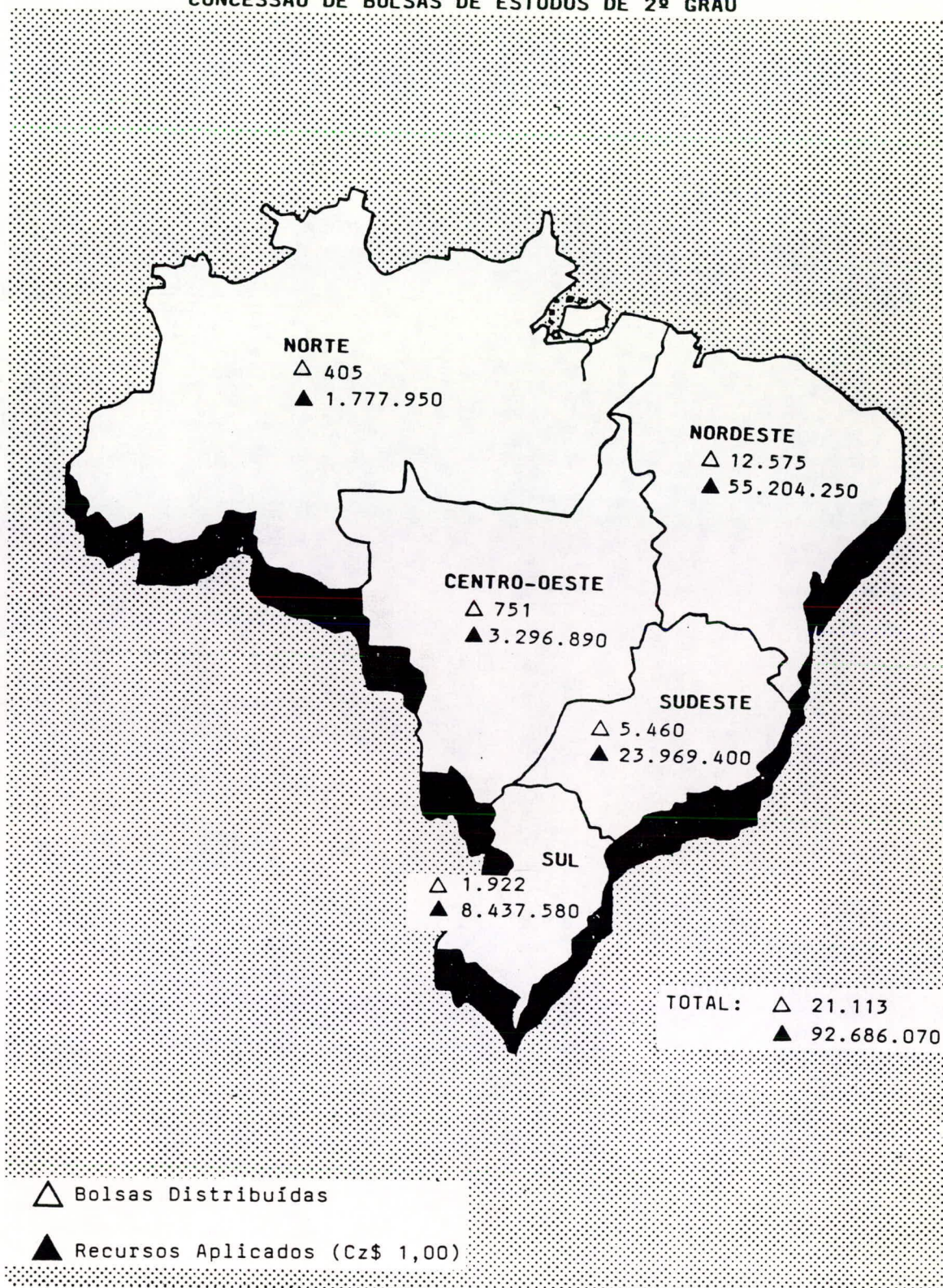
QUADRO XIII

PROGRAMA BOLSAS DE ESTUDO 2º GRAU

U.F	BOLSAS DISTRIBUÍDAS	RECURSOS APLICADOS (Cz\$ 1,00)
BRASIL	21.113	92.686.070
NORTE	400	1.777.950
RO	1	4.390
AC	53	232.670
AM	37	162.430
RR	0	0
PA	314	1.378.460
AP	0	0
NORDESTE	12.575	55.204.250
MA	2.888	12.678.320
PI	679	2.022.770
CE	2.993	13.139.270
RN	546	2.396.940
PB	968	4.049.520
PE	1.079	4.736.810
AL	508	2.216.950
SE	546	2.568.150
BA	2.368	10.395.520
SUDESTE	5.460	23.969.400
MG	2.861	12.559.790
ES	297	1.303.830
RJ	1.241	5.447.990
SP	1.061	4.657.790
SUL	1.922	8.437.580
PR	465	2.041.350
SC	866	3.801.740
RS	591	2.594.490
CENTRO-OESTE	751	3.296.890
MS	100	439.000
MT	70	307.300
GO	549	2.410.110
DF	32	140.480

Fonte: FAE/DIACOM

GRÁFICO VII
CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDOS DE 2º GRAU





Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

PROGRAMA DE BOLSAS DE TRABALHO DE 2º GRAU

O Programa de Bolsas de Trabalho de 2º Grau, executado pela Diretoria de Apoio Complementar (DIACOM), tem por objetivo proporcionar ao aluno financeiramente carente a oportunidade de exercício profissional, no sentido de contribuir na formação de hábitos de trabalho e garantir a permanência deste na escola.

Em 1988, a FAE distribuiu 77.061 bolsas, totalizando o valor de Cz\$ 259.754.000,00. O Programa é desenvolvido através de convênios firmados com Secretarias Estaduais de Educação, Escolas Técnicas Federais, Centros Federais de Educação, fundações particulares, associações comunitárias e outros.

O grande interesse das instituições participantes e o crescente número de solicitações demonstram que o Programa tem obtido resultados positivos. Há que se ressaltar o alcance social deste Programa, caracterizado pelos seus objetivos. Estes permitem que o trabalho intelectual e o manual se inter-relacionem como instrumentos de ação educativa sobre o jovem, desenvolvendo suas capacidades críticas e criadoras, além de manter uma participação responsável em atividades que contribuam no desenvolvimento de sua comunidade. (Quadro XIV, Gráfico VIII).

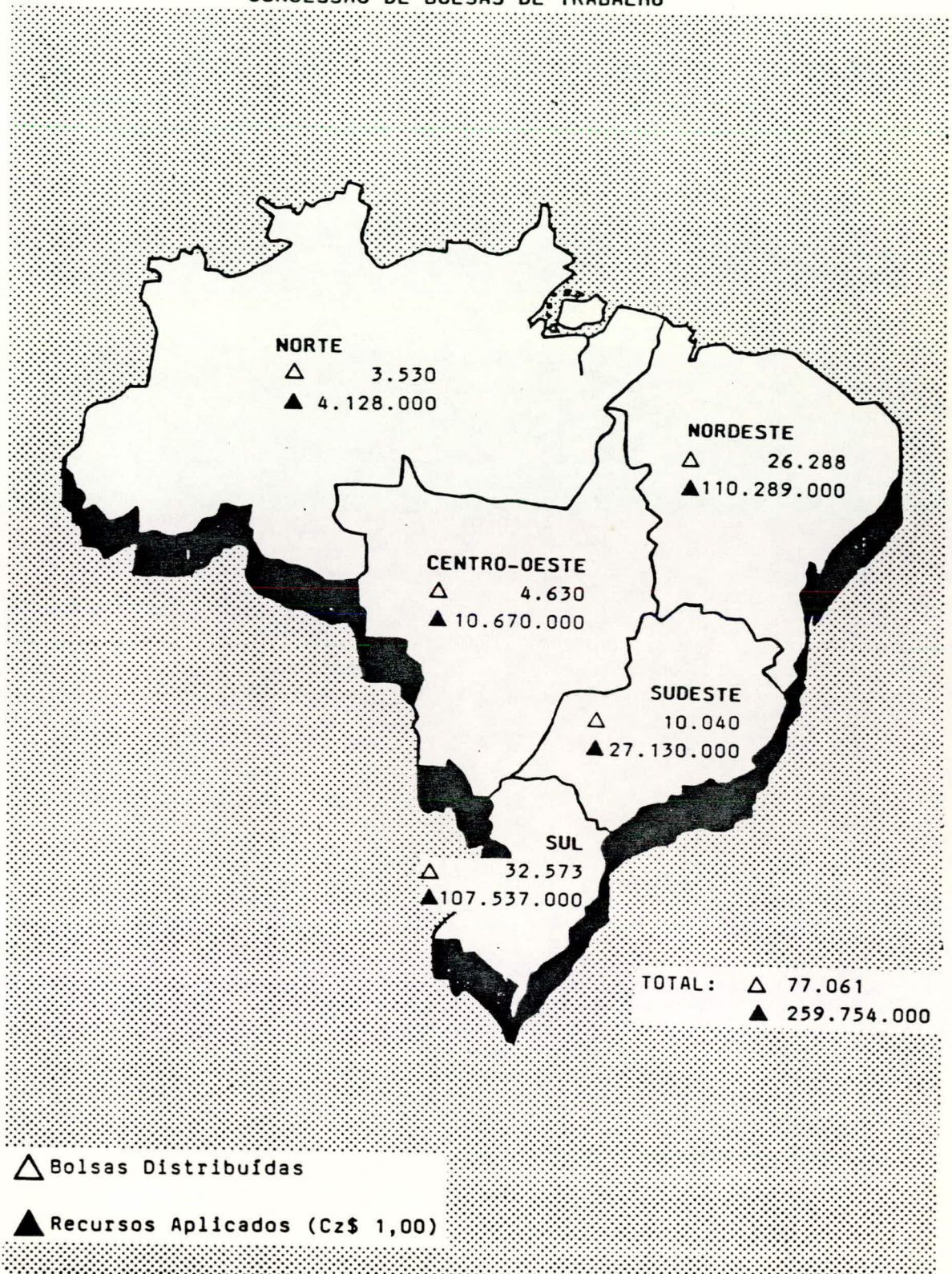
QUADRO XIV

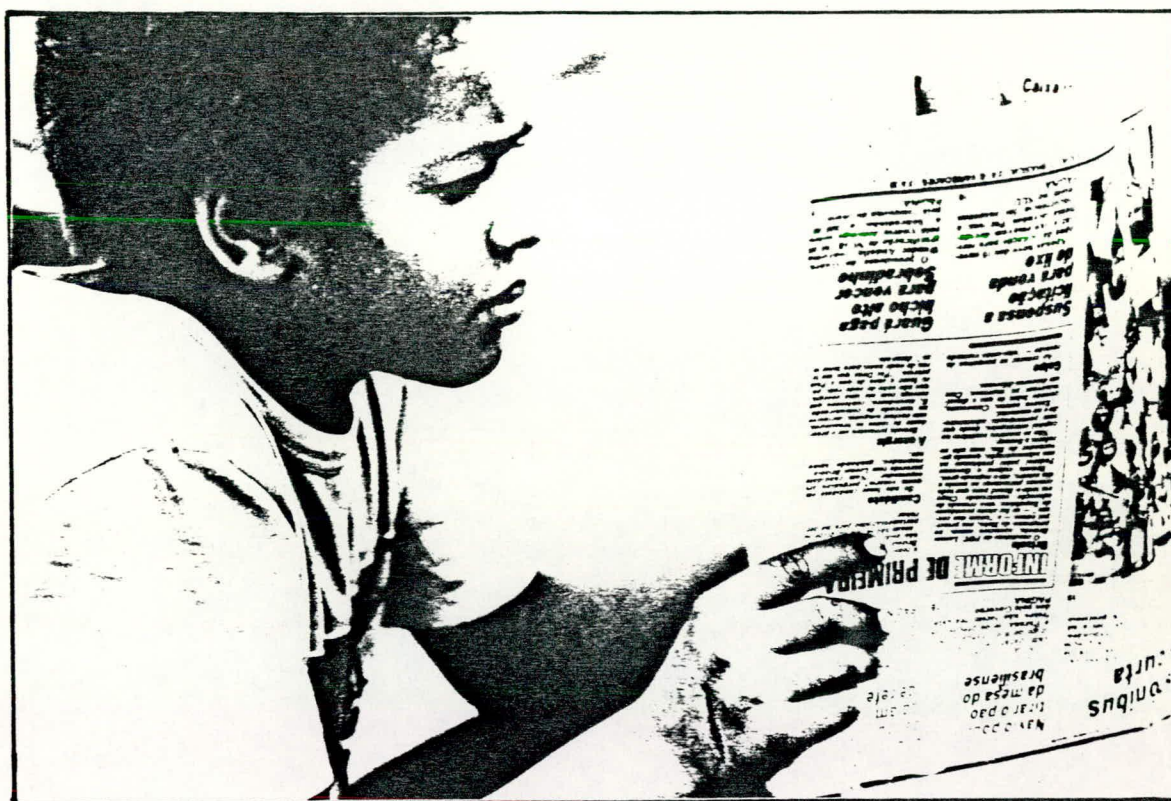
PROGRAMA BOLSAS DE TRABALHO

U.F	BOLSAS DISTRIBUÍDAS	RECURSOS APLICADOS (Cz\$ 1,00)
BRASIL	77.061	259.754.000
NORTE	3.530	4.128.000
RO	0	0
AC	880	1.012.000
AM	1.650	1.966.000
RR	0	0
PA	1.000	1.150.000
AP	0	0
NORDESTE	26.288	110.289.000
MA	6.120	33.843.000
PI	3.224	15.818.000
CE	1.450	3.630.000
RN	3.831	8.250.000
PB	6.164	35.671.000
PE	2.839	9.696.000
AL	900	1.035.000
SE	600	690.000
BA	1.160	1.656.000
SUDESTE	10.040	27.130.000
MG	3.220	11.722.000
ES	1.320	3.729.000
RJ	4.430	9.689.000
SP	1.070	1.990.000
SUL	32.573	107.537.000
RJ	6.026	11.790.000
SC	21.478	75.086.000
RS	5.069	20.661.000
CENTRO-OESTE	4.630	10.670.000
MS	1.410	3.243.000
MT	940	1.541.000
GO	2.100	3.450.000
DF	180	2.436.000

Fonte: FAE/DIACOM
Tabula FAE/DESIT

GRÁFICO VIII
CONCESSÃO DE BOLSAS DE TRABALHO





Art. 210

§ 2º - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS JOÃO PINHEIRO

Durante o ano de 1988, o Instituto de Recursos Humanos, João Pinheiro, órgão ligado à Presidência da FAE, dedicou-se a repensar a sua prática e refletir sobre suas ações com o objetivo de adequar as funções que lhe são próprias à realidade sócio-política educacional e à nova ordem constitucional. Assim, foram desenvolvidas, no período, as seguintes atividades.

- Publicação "Educação e Discriminação dos Negros", fruto de seminário sobre o mesmo tema, organizado pelo Instituto, como uma das ações decorrentes da assinatura do protocolo de intenções entre a FAE e representantes do movimento negro.

- Publicação "Educação Comunitária em Debate", resultante do seminário inter-regional sobre "Educação Comunitária Como Forma de Enfretar o Fracasso Escolar", promovido pelo IRHJP, pela ICEA e pela OREALC/UNESCO.

- Publicação "Política de Assistência ao Estudante - Ambição e Impasses", trabalho elaborado com base no documento "Política de Assistência ao Estudante - Dimensões e Perspectivas", de autoria do grupo instituído pela Portaria FAE, nº 13/88. A referida publicação inclui, ainda, entrevistas e textos de autoridades e especialistas.

Assessoramento ao Programa Monhangara - Capacitação de Recursos Humanos

Relatório final do Edurural,
contendo balanço crítico de sua

trajetória - 1980/1987, com a configuração de desenvolvimento do Programa Edurural/NE, particularmente, do projeto capacitação de recursos humanos e considerações sobre aspectos polarizadores que compuseram o universo de discussão e o processo de trabalho desenvolvido nas unidades federadas do Nordeste, no decorrer do mencionado projeto.

Sem perder as atribuições de órgão de assessoramento, o IRHJP ao desenvolver o seu trabalho pretende fortalecer a sua atuação, com vistas a atender às necessidades de formação dos profissionais que, no sistema educacional, atuam na área do ensino e da assistência ao estudante. Esta redefinição insere-se em uma estratégia política mais ampla na qual foi dada prioridade, a nível ministerial, à capacitação, ficando o IRHJP com a atribuição de coordenar o processo de formação de recursos humanos, no âmbito exclusivo da educação, recuperando, assim, a competência histórica do órgão como um centro de capacitação de recursos humanos.

Sob essa nova perspectiva, como centro de capacitação de recursos humanos, o IRHJP pretende:

- Investir na formação de técnicos do sistema público de educação, com o objetivo de prepará-los tanto no que se refere à tomada de decisões quanto à direção de políticas públicas, na área de educação e assistência ao estudante. Neste sentido, busca-se ampliar a capacitação de articular uma concepção ampla de realidade

com situações específicas do cotidiano.

- Intensificar suas atividades como órgão coordenador de um processo sistemático de capacitação dos técnicos das secretarias de educação (estaduais e municipais), de forma a que estes possam ampliar sua competência enquanto profissionais capazes de definir, implementar e avaliar políticas educacionais e de assistência ao estudante, e de planejamento, fundamentadas no desenvolvimento de pesquisas que interessam ao sistema público de educação.

- Buscar articulação com agências especializadas, centros de pesquisas, universidades e

secretarias de educação que vêm desenvolvendo projetos de implantação de políticas de capacitação de recursos humanos, e com outros organismos, nacionais e internacionais, com experiências inovadoras na formação de profissionais.

Na busca dos objetivos a que se propõe - capacitação de dirigentes e técnicos do sistema público de educação para formular e implementar políticas - o IRHJP presta assessoramento técnico à equipes de secretarias de educação, promove cursos, seminários, encontros, reuniões técnicas, elabora e publica documentos.



Art. 206 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

PRÊMIO FAE DE PESQUISA ESTUDANTIL

Criado em 1979, e lançado anualmente, o Prêmio FAE de Pesquisa Estudantil, da Fundação de Assistência ao Estudante, visa estimular a atividade intelectual dos alunos de 1ª e 2ª Graus das redes públicas e particulares de ensino do país, incentivando o gosto pela leitura, escrita e pesquisa, encorajando a participação consciente do jovem numa tarefa cultural.

Neste ano, o tema escolhido foi "A FAE Também é Educação" e teve como objetivo divulgar o trabalho desenvolvido pela Fundação no âmbito da assistência ao estudante buscando opiniões dos alunos sobre questões como merenda escolar, livro didático, material escolar, bolsas de estudo e outros.

A Comissão Julgadora do Prêmio - formada por Magda Becher Soares, Doutora em Letras e escritora e pelo Jornalista Adilson Robrigues, após análise das quarenta e sete redações já selecionadas através das Secretarias de Educação, escolheu aquelas que apresentaram inventividade, criticidade e uma solução de comunicação afastada do convencional.

Irenildo Jorge de Souza, 14 anos, 4ª série da Escola Estadual Fazenda Campo Grande, de São José do Ubá (RJ), foi o primeiro colocado na categoria de 1ª à 4ª séries do 1º Grau. Em seu trabalho, ele elogia os Programas

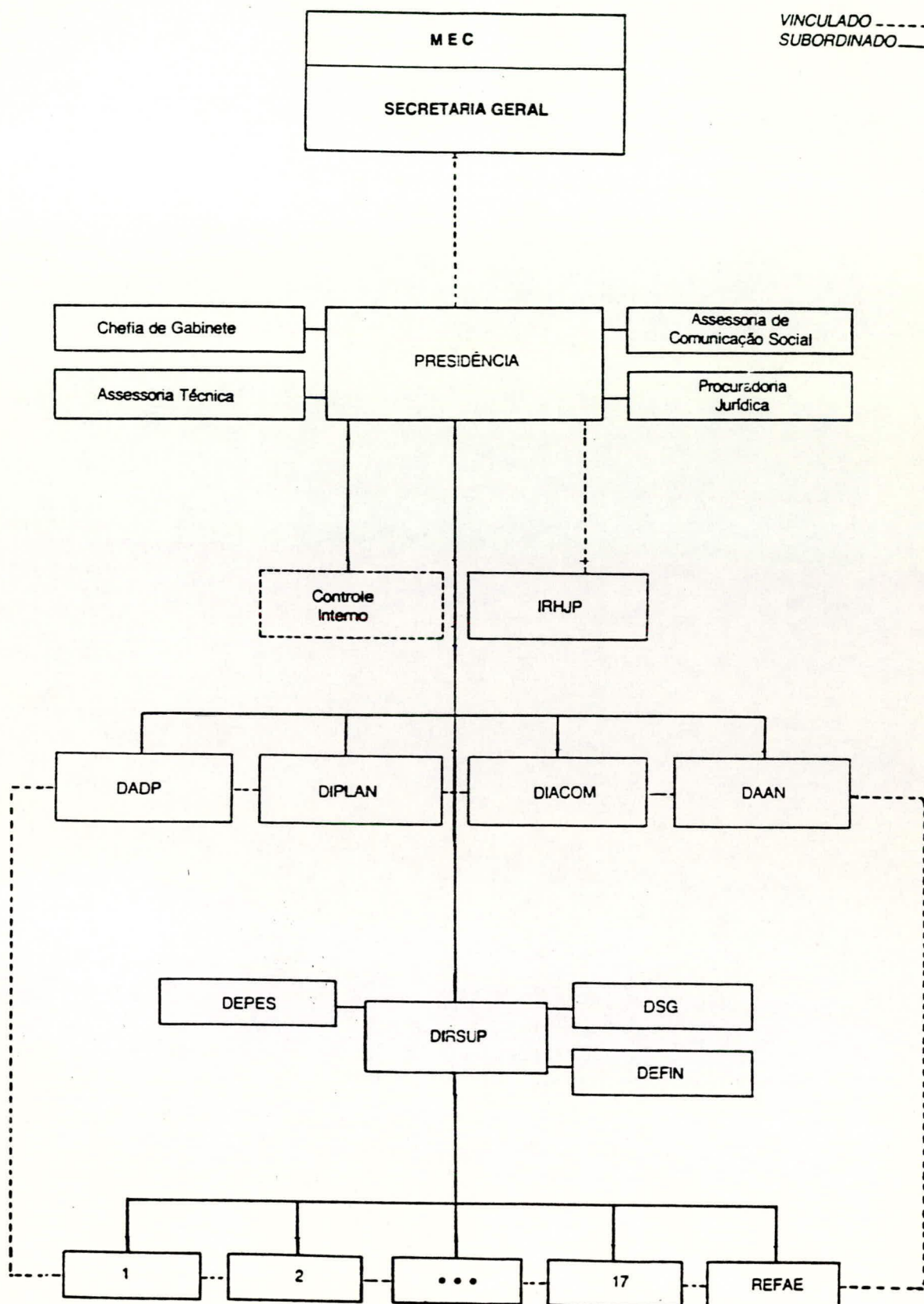
da FAE e diz sentir-se recompensado, pois quando chega à escola, depois de trabalhar na lavoura, "sinto a presença da FAE e sei que o Brasil não se esqueceu de mim".

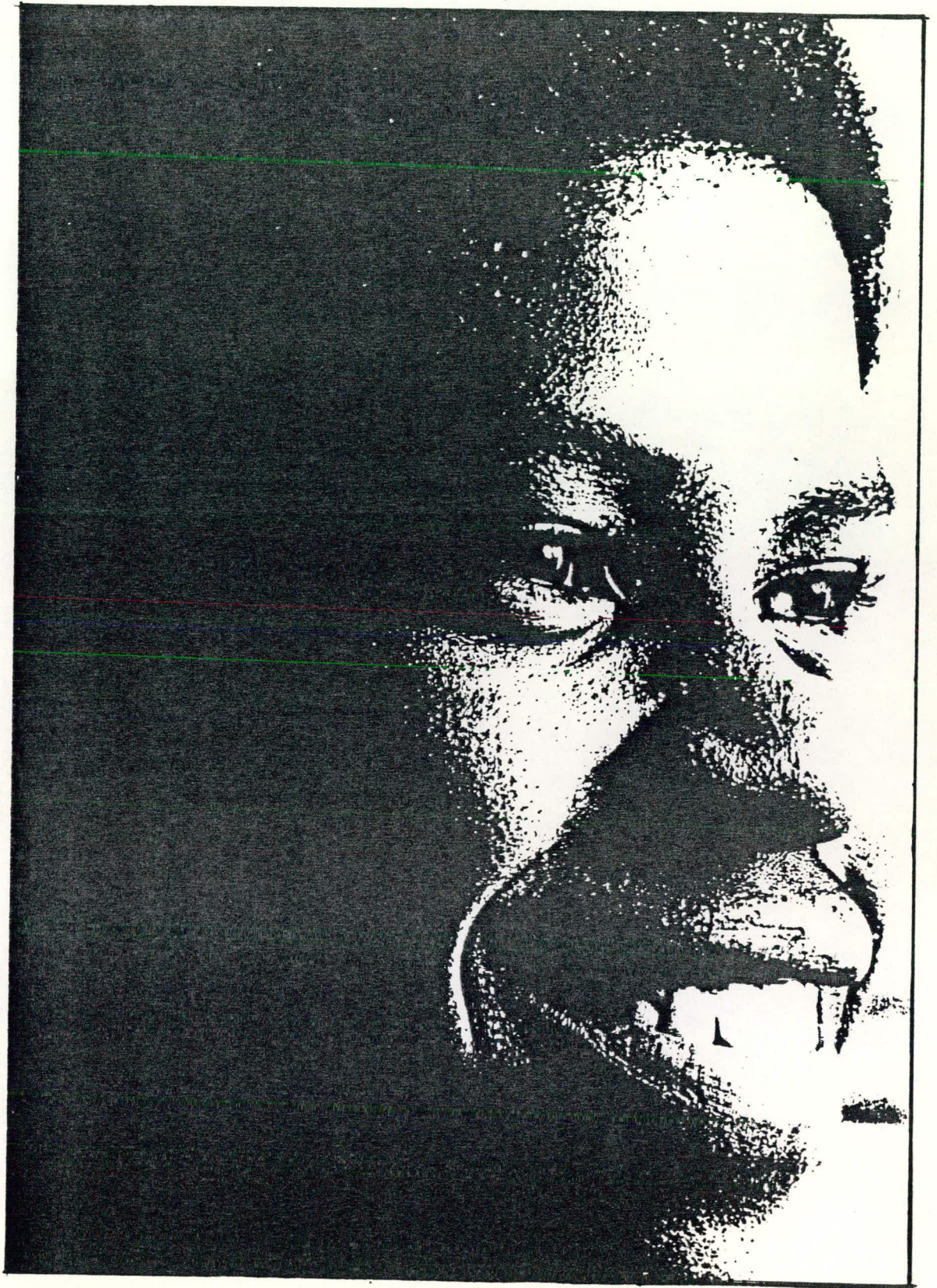
George Christian, 12 anos, 6ª série da Escola Básica Belizário Ramos, de Lages (SC), primeiro colocado na categoria de 5ª à 8ª séries, entende que os problemas do ensino derivam da precária condição sócio-econômica da população e acha que "a situação da Educação no Brasil está muito distanciada dos objetivos que apregoa".

Na categoria de 2º Grau, a vencedora foi a aluna Adelaide Cristina Nascimento de Oliveira, 17 anos, 3º ano Magistério do Colégio Nossa Senhora de Nazaré, de Conselheiro Lafaiete (MG), afirma em seu trabalho que a escola brasileira sofre de falta de criatividade e dá a receita para que melhore este quadro: "a Educação não é tarefa exclusiva da escola, pois a comunidade deve também ser envolvida".

Os três alunos receberam, respectivamente, prêmios no valor de 20, 30 e 50 OTNs. A Comissão concedeu ainda Menção Honrosa para Márcia Ronaldo Fernandes, do Colégio Estadual de Missões, de Santo Ângelo (RS). A solenidade de premiação, presidida pelo Ministro da Educação, Hugo Napoleão, foi realizada em Brasília, no dia 18 de novembro.

ORGANOGRAMA FAE





MEC/FAE

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Carlos Sant'Anna

SECRETÁRIO-GERAL
Ubirajara Pereira de Brito

FAE

PRESIDENTE
Agostinho Celso Cilento Giusti (em exercício)

DIRETOR-SUPERINTENDENTE
Agostinho Celso Cilento Giusti

DIRETOR DE APOIO ALIMENTAR E NUTRICIONAL
José da Silva Gasparinho Neto

DIRETORA DE APOIO DIDÁTICO PEDAGÓGICO
Tereza de Jesus Pacheco Robrigues Velho

DIRETOR DE APOIO COMPLEMENTAR
Dijalma de Amorim

DIRETORA DE PLANEJAMENTO
Severina Gutierrez Carvalho

INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS JOÃO PINHEIRO
Ramón Villar Paisal

CONSELHO DELIBERATIVO

PRESIDENTE
Ubirajara Pereira de Brito

MEMBROS
Agostinho Celso Cilento Giusti
Leda Maria Chaves Tájra
Lindóia Barreto Vinhas

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE
William Rossi

MEMBROS
Carlos Modesto de Carvalho
Dinei Maria dos Reis Imbellone